



O ENCONTRO DO MITO CARNAVALESCO COM O REALISMO CAPITALISTA

*a crise neoliberal e o carnaval
dos blocos de rua na cidade do
Rio de Janeiro*

THE MEETING OF THE CARNIVAL MYTH WITH CAPITALIST REALISM:
THE NEOLIBERAL CRISIS AND THE CARNIVAL OF STREET BLOCKS
IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO

Ana Clara Vega M. V. Ferreira¹

-
- 1 Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Cultura e Territorialidades pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Produção Cultural pela UFF. E-mail: anaclara.vega@gmail.com.

RESUMO:

O Carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro, festa popular que vem crescendo a cada ano, é frequentemente entendido como um espaço político. Nos últimos anos, surgiram diferentes reivindicações em torno da festa carnavalesca. A atual mobilização sociopolítica vem em resposta às medidas de normatização e regulamentação da festa a partir de 2009, primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes. A partir da articulação dos conceitos de mito carnavalesco (Queiroz, 1999) e realismo capitalista (Fisher, 2020), este artigo busca discutir e complexificar os sentidos do Carnaval os limites e potencialidades da organização sociopolítica na festa de rua na contemporaneidade.

Palavras-chave: carnaval de rua carioca. política. mito carnavalesco. realismo capitalista.

ABSTRACT:

Rio de Janeiro's street carnival, a popular festival that is growing every year, is often seen as a political space. In recent years, different demands have arisen around the carnival festivities. The current socio-political mobilization comes in response to the carnival regulating measures taking from 2009, Mayor Eduardo Paes' first term. Based on the articulation of the concepts of carnival myth (Queiroz, 1999) and capitalist realism (Fisher, 2020), this article seeks to discuss and complexify the carnival senses and the limits and potential of socio-political organization in contemporary street carnival.

Keywords: rio street carnival. politics. carnival myth. capitalist realism.

INTRODUÇÃO

O Carnaval é uma festa popular a qual são associados os mais diversos significados. Entre as visões mais românticas e as mais cétricas, encontra-se a materialidade da festa popular e da sociedade, na qual habita o contraditório. Para pensar o Carnaval com o rigor que suas complexidades exigem, é necessário partir de uma perspectiva ampliada que articule suas trocas sociopolíticas, econômicas, culturais e históricas. Os sentidos da festa carnavalesca estão em disputa, abertos a constantes transformações, sempre interagindo com as estruturas sociais. Para Queiroz (1999), não há uma alteração das relações sociais durante o Carnaval, sendo a ordem carnavalesca a própria ordem social. Isso faz com que, em uma sociedade capitalista, de contradições, o Carnaval seja, também uma festa contraditória. O Carnaval não é uma festa apartada da sociedade, senão a própria sociedade em festa.

Todos os anos, o rito da festa de Carnaval atualiza o mito carnavalesco, produzindo alegria arrebatadora e desejo de transformação e fundação de uma sociedade democrática e livre (Queiroz, 1999). Mas, esse mito nunca é de fato alcançado, tratando-se de uma sensação passageira e muitas vezes restrita a grupos sociais específicos, principalmente observando a grande quantidade de pessoas que precisam

trabalhar durante a realização da festa. A cada ano, o Carnaval da cidade do Rio de Janeiro apresenta números maiores de brincantes, turistas e moradores cariocas e fluminenses. A quantidade de novos blocos também tem aumentado – mesmo com a burocratização da gestão municipal da festa, que será discutida mais a frente – o que faz com que haja mais pessoas trabalhando no Carnaval, muitas vezes em condições precarizadas².

O aumento de trabalhadoras e trabalhadores no Carnaval de rua carioca não surge apenas a partir da vontade individual de trabalhar na festa. Hoje, em mais uma das crises do capitalismo, o projeto neoliberal avança com força. A neoliberalização³ é um projeto político que, segundo Harvey (2008, p. 27), viabilizou o “[...] restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas”. O autor descreve que, para implementar o neoliberalismo na Grã-Bretanha, a então Primeira-Ministra Margareth Thatcher precisou elaborar novas políticas fiscais e sociais:

Isso envolvia enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva [...], dismantelar ou reverter os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizar empresas públicas [...], reduzir impostos, promover a iniciativa dos empreendedores e criar um clima de negócios favorável para induzir um forte fluxo de investimento externo [...]. Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual [...] como

-
- 2 O neoliberalismo produziu, em diferentes países, um grande processo de desregulação em setores sociais e do mercado, com impacto direto nas relações trabalhistas. Houve uma substituição do trabalho regulamentado por configurações laborais atípicas, marcadas pela flexibilização de salários, horários e formatos. Houve aumento da informalidade e a precarização das condições laborais, com redução de vínculos empregatícios, contratações temporárias e instabilidade (Antunes; Druk, 2015).
 - 3 É importante ressaltar que, apesar da recorrência da descrição do neoliberalismo como um fenômeno implementado nos EUA e na Grã-Bretanha, a primeira experiência de neoliberalização ocorreu no Chile, após o golpe de Estado que instituiu a ditadura militar no país (Harvey, 2008).

ela mesma disse, ‘a economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito’ (Harvey, 2008, p. 32).

No contexto do Carnaval carioca, o neoliberalismo se faz bastante presente na gestão da festa pela prefeitura a partir de 2009. Há ausência de políticas públicas de fomento ao Carnaval de rua e transferência do gerenciamento da cidade e da verba pública para empresas, por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs) (Frydberg; Ferreira; Dias, 2021). Essa forma de gestão reforça ideais individualistas e cria uma atmosfera de concorrência, em que colocar o bloco na rua é “cada um por si”. Essa lógica individualista do neoliberalismo enfraquece o senso de coletividade e transformação que o Carnaval, a partir de seu mito, poderia suscitar. A ideia do inalcançável mito carnavalesco de Maria Isaura Queiroz (1999) se encontra com o realismo capitalista de Mark Fisher (2020) exatamente pela ideia neoliberal de que não há alternativa ao sistema político-econômico atual, o capitalismo. A falta de perspectivas de mudança social articulada a uma subjetividade individualista tem impactado diretamente na organização sociopolítica dos movimentos carnavalescos de rua cariocas. Apesar de a cultura e o Carnaval de rua serem muito utilizados como espaços de manifestação social, são movimentos muitas vezes de baixo alcance popular e quase nenhum impacto na gestão municipal da festa.

Este artigo, portanto, pretende discutir como o viés neoliberal de gestão da festa carnavalesca impacta nas formas de organização sociopolíticas dos grupos que produzem o Carnaval de rua carioca. Faz-se necessário contextualizar o funcionamento da gestão da festa de rua na cidade do Rio de Janeiro hoje, sendo apresentado e debatido o gerenciamento do Carnaval como um ativo econômico da cidade, implementada a partir de 2009. Na segunda seção, será discutido como os conceitos de mito carnavalesco (Queiroz, 1999) e realismo capitalista (Fisher, 2020) se relacionam e influenciam as formas de organização de sujeitos do Carnaval de rua. Articulando esses dois conceitos – que, nesta análise, retroalimentam-se –,

busca-se contribuir com os debates sobre os sentidos do Carnaval e discutir sobre potencialidades e limites das expressões políticas da cultura atual, tendo a festa carnavalesca carioca como referência.

POLÍTICAS CULTURAIS MUNICIPAIS E O CARNAVAL DE RUA CARIOCA: ESCASSEZ E PRECARIEDADE DÃO O TOM DA FESTA

A gestão da festa carnavalesca carioca mudou significativamente a partir das duas primeiras gestões municipais do prefeito Eduardo Paes (2009–2012 e 2013–2016). Antes de 2009, o papel da prefeitura no Carnaval de rua era mais simplificado. Bastava que os blocos informassem à prefeitura os detalhes operacionais de seus desfiles e entrassem em contato com a Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro (CET-Rio) e Guarda Municipal para garantir o desvio do trânsito e demais medidas. Assim, os blocos não precisavam solicitar autorização para desfilarem e garantir o mínimo de infraestrutura na cidade – era muito mais uma relação de ciência aos órgãos públicos para garantir a viabilidade dos desfiles (Ferreira, 2023). A partir de 2009, a gestão de Paes investiu na expansão da festa pela perspectiva de ativo econômico da cidade, observando o retorno financeiro e turístico que a festa de rua carioca poderia trazer. Foram sancionados decretos que tinham como propósito organizar os desfiles para garantir que “manifestações espontâneas” ocorressem de forma “ordeira” (Ferreira, 2023). Essas normativas determinavam, por exemplo, os períodos do carnaval oficial na agenda do município; a necessidade de autorizações⁴ para desfilarem; e o tempo de duração dos desfiles (Ferreira, 2023). É possível percebermos que o carnaval de rua, antes de ser mais abertamente tratado como

-
- 4 O processo de autorização tem duas etapas: os blocos precisam preencher um formulário online com dados do desfile e enviar alguns documentos. Mediante autorização preliminar da Riotur, os blocos precisam enviar outros documentos aos órgãos públicos. Segundo produtores(as) de blocos, é um processo com pouca transparência e muita burocracia. Para mais detalhes, ver Ferreira (2023).

um produto da cidade, tinha outro tamanho. No Carnaval de 2007, a prefeitura informou que havia 130 blocos inscritos nas subprefeituras, com expectativa de um total de 300 blocos desfilando (Rio de Janeiro, 2007). Em 2023, mais de 600 blocos solicitaram autorização para desfilarem (Riotur [...], 2023), fora os que não se cadastraram na Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RIOTUR) – os “não oficiais”.

Além disso, gestão da festa se tornou responsabilidade da empresa Dream Factory, sob a justificativa de garantir a infraestrutura e a produção da festa na cidade (Ferreira, 2023). É uma característica da forma de governança neoliberal o pressuposto de que a gestão privada seja sempre mais eficaz que a pública, já que “[...] o setor privado é mais reativo, mais flexível, mais inovador, tecnicamente mais eficaz, porque é mais especializado, menos sujeito que o setor público a regras estatutárias” (Dardot; Laval, 2016, p. 290). Na realidade, trata-se de uma escolha política da gestão de Paes não fornecer a infraestrutura do Carnaval pela via pública – para Fisher (2020, p. 34), “[...] o realismo capitalista implantou com sucesso uma ‘ontologia empresarial’, na qual é simplesmente óbvio que tudo na sociedade, incluindo saúde e educação, deve ser administrado como uma empresa”. A transferência da gestão para o setor privado não foi uma exclusividade do Carnaval, havendo uma agudização nos processos de terceirização via PPPs em diversos setores da administração pública. Outra empresa que entrou diretamente na gestão do Carnaval carioca foi a Ambev, patrocinadora *master* e responsável por setores da organização da festa. Um dos principais é a coordenação de trabalhadores(as) ambulantes, já que é ela que faz toda a parte de credenciamento, definição da quantidade de trabalhadores(as), de quais produtos devem ser vendidos e a quais preços. Assim, condições de trabalho na festa são definidas segundo os interesses da própria Ambev, de forma unilateral, sem consulta popular em nenhuma instância. Para Bianca Toledo, produtora de blocos e integrante da Comissão Especial do Carnaval do município:

[...] em nenhum lugar é colocado que a AMBEV tenha esse direito. É, inclusive, surreal que uma patrocinadora faça parte do papel da gestão pública no sentido de credenciamento de ambulante. E aí um dos debates que a gente faz é: ‘[...] Eu tenho credenciamento ali pra evento. [...] Aquele pipoqueiro que tá aqui na Candelária, ele paga a TUAP [Taxa de Uso da Área Pública] pro ano inteiro, ele não vai poder estar aqui porque ele não é cadastrado da AMBEV? Até que ponto, em que momento foi colocado que a chave do Rei Momo não é dada pro Rei Momo, é dado pra AMBEV?’ (Toledo, 2023 *apud* Ferreira, 2023, p. 67).

É possível perceber, mais uma vez, como a gestão neoliberal cria “[...] um ‘Estado-Empresa’, que tem um papel reduzido em matéria de produção do ‘interesse geral’” (Dardot; Laval, 2016, p. 274). Assim, os interesses específicos das empresas passam a permear e guiar os interesses do poder público. As demandas da Ambev, por exemplo, não incluem a criação de vínculos trabalhistas e boas condições de trabalho para camelôs, reivindicações dos e das ambulantes, escamoteada pela prefeitura. Para a Ambev, importa gastar o mínimo com máximo retorno e ter a maior exposição possível de sua marca – e por isso o controle da circulação dos blocos pela cidade via autorizações se torna interessante para as empresas:

[...] se esses grupos não sabem onde estão os blocos, e se os blocos podem fluir livremente pelo espaço, as ações de marketing e o controle da venda de produtos (especialmente de cerveja) de marcas diferentes do patrocinador não podem ser desenvolvidas (Machado, 2017, p. 13).

Se os blocos saíssem livremente pelas ruas, podendo contar com a garantia de apoio e infraestrutura mínima – gestão do tráfego, limpeza urbana, segurança pública – as empresas não conseguiriam fazer seu planejamento de marketing pela cidade. Ao longo dos carnavais de 2010 a 2016, a prefeitura incorporou as demandas das corporações e dedicou à população apenas as regulamentações,

a fiscalização e a repressão daqueles e daquelas que não atendem às ordens do poder público municipal e aos desejos da Dream Factory e da Ambev.

Entre 2017 e 2020, o prefeito do Rio de Janeiro foi Marcelo Crivella. Nos dois primeiros anos de mandato, Crivella fez poucas alterações relativas ao funcionamento dos blocos de rua⁵. Contudo, em janeiro de 2019, a gestão de Crivella lançou uma portaria com novas obrigações para os blocos que já tinham recebido a autorização (Frydberg; Ferreira; Dias, 2021), os chamados blocos “oficiais”. Essa medida acrescentou ainda mais demandas para os blocos de rua, às vésperas dos desfiles. Foi preciso que ligas carnavalescas e blocos se mobilizassem e fossem à mídia para dar foco a essa questão, o que fez com que a prefeitura voltasse atrás. No Carnaval de 2020, último de seu mandato, Crivella disse que a prefeitura iria multar representantes de blocos que desfilassem sem autorização. Há relatos de alguns blocos multados durante seus desfiles com valores irrisórios e casos em que a multa nunca chegou (Ferreira, 2023).

Em sua gestão, Crivella agudizou a ideia de que o Carnaval não é uma responsabilidade do poder público, sendo um evento – não uma manifestação cultural popular – que deveria recorrer à iniciativa privada para seu fomento (Frydberg; Ferreira; Dias, 2021). Além do discurso liberal, Crivella também tem em seu repertório político a perseguição ao Carnaval por essa ser uma festa “do pecado” – o ex-prefeito tem uma grande base evangélica e é bispo da Igreja Universal do Reino de Deus. Nas eleições municipais de 2020, em plena pandemia e com apoio de Crivella à Bolsonaro, Eduardo Paes ganha nas urnas, retornando à prefeitura para um terceiro mandato. Ainda com muitos casos de covid-19 e um baixo índice de vacinação, o Carnaval de 2021 foi cancelado. Em 2022, o Carnaval foi adiado para abril e apenas os desfiles na Sapucaí foram liberados oficialmente, sem credenciamento de ambulantes e autorização de blocos.

.....
5 As escolas de samba foram alvo de cortes de verba nos 4 anos do mandato de Crivella, mesmo com as promessas de campanha de não perseguir o carnaval (Ferreira, 2023).

Mesmo assim, muitos blocos saíram às ruas e não houve grande repressão a eles, como aconteceu em outros carnavais. Eduardo Paes chegou a declarar que não iria “correr atrás de folião” – como se em outras de suas gestões isso não tivesse sido feito.

O Carnaval de 2023 foi marcado por uma série de problemas no processo de autorizações: blocos tradicionais da cidade, que desfilavam oficialmente há anos, foram negados, sem explicação clara. Segundo relato de Bianca Toledo, a demanda de reduzir o número de blocos é uma exigência da patrocinadora (Toledo, 2023 *apud* Ferreira, 2023). Um menor número de blocos autorizados resulta em menos gasto das empresas com a gestão da festa, uma vez que só é oferecida infraestrutura para o circuito oficial –os blocos “não oficiais” ficam responsáveis pela própria gestão dos seus desfiles. Frente a esse cenário de cortes, a justificativa da existência de empresas privadas na gestão do Carnaval para garantir a estrutura da festa se desmonta. O que se sobressai é a visão do Carnaval como produto e o papel da prefeitura visando a garantia dos projetos de *marketing* e lucro de empresas.

Além disso, desde o Carnaval de 2010, há o uso do Caderno de Encargos e Contrapartidas, que visa escolher as empresas com as melhores propostas e estabelecer os parâmetros da negociação entre prefeitura e iniciativa privada sobre o Carnaval. É a partir do Caderno de Encargos que se estabelecem os direitos e deveres das empresas e dos órgãos municipais na festa. Desde 2010, curiosamente, as mesmas duas empresas são escolhidas, as já citadas Dream Factory e Ambev. O Caderno de Encargos era lançado anualmente, porém, Bianca Toledo conta que, durante a gestão de Crivella, por uma demanda da Ambev, passou a valer por três anos (Toledo, 2023 *apud* Ferreira, 2023), o que segue na atual gestão. Bianca também aponta para outra manobra proposta pelas empresas, relativo ao uso de verba de leis públicas de incentivo:

[...] por exemplo, entrar num Caderno de Encargos um dispositivo que permite à patrocinadora retirar o dinheiro

da Lei de Incentivo. Então toda premissa de ‘Eu tô fazendo Caderno de Encargos porque é necessário financiar a estrutura’, que é o discurso que eles usam para rebater a nossa voz que fala: ‘Vocês estão privatizando o carnaval’, cai por terra. Porque eles não tão usando dinheiro privado, eles tão usando dinheiro público. Ele vem de Lei de Incentivo Público. Do Estado. É muito surreal. E fica essa negociação de milhões, nada chega pros blocos. [...] E cada vez mais os blocos são negados (Toledo, 2023 *apud* Ferreira, 2023, p. 90).

Mesmo com a redução do número de blocos de rua “oficiais”, os números do Carnaval 2023 foram grandes, com 4,5 bilhões de reais movimentados – desses, 1,2 bilhão só no Carnaval de rua – e 5 milhões de pessoas nas ruas durante o festejo. Em 2024, a cidade movimentou mais de 5 bilhões de reais, com 8 milhões de foliões e foliãs – 3 milhões a mais do que no ano anterior. De acordo com Ronnie Costa, presidente da Riotur: “O Carnaval é o principal produto do Rio e a gente se apropria dele para vender a cidade” e acrescenta que “Esse é o grande desafio: como a gente cresce esse evento. A tendência é essa. Sempre aumentar” (Perez, 2024). A expansão do Carnaval, contudo, parece não dizer respeito à quantidade de blocos, já que, em 2024, manteve-se a política de contingenciamento do número de blocos oficiais, mesmo com o recorde de quase 700 pedidos de autorização – desses, apenas 435 foram preliminarmente aprovados⁶ (Com 453 desfiles [...], 2024).

Nos Carnavais recentes houve uma maior procura pela oficialização dos blocos e isso vem acontecendo pois ser um bloco “oficial” facilita na aquisição de patrocinadores (Ferreira, 2023) e a oficialização também diminui o custo de produção dos blocos, já que garante o acesso aos serviços públicos de infraestrutura para os desfiles. Os blocos passam a ter disposição de banheiros químicos nas ruas por onde cortejam; agentes da CET Rio para desvio do trânsito; passagem

6 Para que a autorização seja finalmente expedida, os blocos ainda precisam entregar outros documentos, como o Nada Opor da Polícia Militar, por exemplo.

da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) para a limpeza urbana; apoio da Guarda Municipal na segurança pública; entre outras demandas necessárias para realizar um desfile. Ter esses serviços públicos reduz as despesas da produção dos blocos, que já gastam com equipamentos de som; alimentação/hidratação e remuneração da produção e de musicistas; estrutura de ensaios; manutenção de instrumentos etc.

A ausência de políticas públicas voltadas para a festa dos blocos cariocas gera uma escassez que reflete na falta de infraestrutura básica para o Carnaval de rua acontecer. Os blocos oficiais, mesmo que possam contar com alguns serviços da prefeitura, ainda enfrentam dificuldades. É possível perceber, portanto, que a gestão da festa de rua feita a partir de princípios neoliberais – em que os interesses da prefeitura se tornam os interesses das empresas que lucram e expõem suas marcas – prejudica diretamente quem trabalha e faz a festa acontecer. Nem mesmo com os crescentes números do Carnaval, a prefeitura de Eduardo Paes aponta indícios de qualquer tipo de auxílio aos blocos e em 2024 ainda criou impeditivos para o patrocínio dos blocos por fora do Caderno de Encargos, prática muito comum no Carnaval de rua.

Nesse contexto, diversos grupos de foliões têm se organizado, desde 2009 até hoje, com o intuito de reivindicar o direito ao Carnaval e à cidade. Após a pandemia, surgiu também uma ampla demanda no Carnaval de rua por editais de fomento para os blocos. Contudo, a organização social e política que surge no Carnaval de rua contemporâneo apresenta limitações, os quais serão discutidas e aprofundadas a seguir.

ENTRE O MITO E O REALISMO: AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICAS DO CARNAVAL DE RUA NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Apesar de todas as etapas e aparatos necessários para a realização do Carnaval, ainda é bastante comum perceber no senso comum uma

certa invisibilização de todo o trabalho que há por trás da produção dessa festa popular. Assim como as escolas de samba e as turmas de bate-bolas, os blocos de rua têm um ciclo anual de organização e planejamento de seus carnavais. Para um desfile de bloco acontecer, é preciso haver um grande número de profissionais, desde instrumentistas, produtores(as) e ambulantes, até costureiras(os), controladores de tráfego, seguranças, catadores(as) de lixo etc. É importante ressaltar que o processo de profissionalização dos blocos de rua começou a aumentar após as normativas de regulamentação implementadas a partir de 2009. A transformação do Carnaval em produto da cidade do Rio de Janeiro expandiu a festa de rua e essa expansão criou uma demanda por novos blocos. Os novos grupos precisavam cumprir as exigências da prefeitura e, para tal, surgiu a necessidade de profissionalização, que faz com que os blocos precisem de renda para esse processo. Contudo, os blocos não conseguem apoio financeiro da prefeitura, devido à perspectiva neoliberal de expansão da festa que se baseia na privatização da gestão do Carnaval.

Com a perene ausência de políticas públicas de incentivo financeiro para os blocos, as agremiações corriqueiramente elaboraram formas próprias de arrecadação. A partir da segunda década dos anos 2000, tornou-se muito comum que os blocos oferecessem oficinas pagas de percussão e dança, visando não só aumentar o tamanho de seus componentes, mas também conseguir verba para os desfiles. Muitos blocos também passaram a fazer eventos privados com pagamento de ingressos no período pré-Carnaval, pós-Carnaval e até mesmo durante a festa. Recentemente, com a facilitação de transferências bancárias via pix, muitos blocos disponibilizaram campanhas de arrecadação solidária pelas redes sociais. Mesmo cientes da precariedade das condições para realizar o Carnaval, trabalhadores(as) da festa não deixam de produzir os blocos, recorrendo ao seu público folião. Além da própria abstração do trabalho humano durante o processo de formação de mercadorias, típica do sistema capitalista, um outro

fator que agrava a invisibilidade do trabalho com o Carnaval é o mito carnavalesco. Na definição de Queiroz (1999), o mito carnavalesco traduz sentimentos e desejos da sociedade, que constrói um conjunto de representações coletivas afetivas. O mito é um projeto ideal, imaginado no futuro: “[...] tal conjunto se refere a algo que poderá realizar-se um dia e que se procura instalar por meio de comportamentos apropriados” (Queiroz, 1999, p. 183). Para a autora, a sociedade livre, democrática e festiva que muitos afirmam experienciar durante o Carnaval não passa de uma sensação que sempre é parcial e temporária: “[...] a realidade, sempre presente, coloca um freio nas normas que o imaginário quer impor” (Queiroz, 1999, p. 184). Apesar de o rito aproximar o mito da realidade, criando essa sensação anual “[...] oposta à penosa aceitação das desilusões do cotidiano” (Queiroz, 1999, p. 195), ele segue constantemente inalcançável.

O Carnaval é uma festa que segue as dinâmicas políticas, sociais e econômicas da sociedade na qual está inserida (Queiroz, 1999), e, na atual conjuntura carioca, e do Brasil como um todo, o avanço neoliberal tem estabelecido e fortificado o ideal do realismo capitalista. Para Fisher⁷ (2020, p. 152), o realismo capitalista “[...] pode ser visto tanto como uma crença quanto como uma atitude”, baseado na concepção de que a superação do capitalismo é impossível. Não se trata de pensarmos que o capitalismo seja um sistema bom, mas estarmos convencidos pela ideologia de que este é o único sistema viável e possível. Assim, a transformação desta sociedade em uma outra sociedade, festiva e livre por meio do Carnaval – como o mito carnavalesco faz sonhar –, também não é tangível.

O encontro do mito carnavalesco com o realismo capitalista acontece exatamente no que tange a crença da impossibilidade de concretização das transformações sociais. Hoje, a potencialidade do mito carnavalesco em projetar um futuro diferente encontra seu limite no

7 Mark Fisher (1968-2017) foi um filósofo e crítico literário britânico, professor do Departamento de Cultura Visual na Universidade de Londres. Ficou conhecido por seu blog *k-punk*, no qual escrevia sobre política radical, música e cultura popular (Fisher, 2020).

realismo capitalista. Assim, mito carnavalesco e realismo capitalista se reforçam e se retroalimentam, pois ambos fazem qualquer alternativa à sociedade neoliberal parecer uma utopia, algo mítico e inalcançável. A conjuntura neoliberal da sociedade e do Carnaval carioca é tem sido vista de forma naturalizada, impossível de destruir. O avanço da compreensão do realismo capitalista dentro do Carnaval de rua avançou e algumas de suas características ainda são perceptíveis, mesmo quando analisamos os blocos com discursos mais politizados. Segundo Fisher (2020, p. 25), “o realismo capitalista não exclui certo tipo de anticapitalismo” e, por isso, podemos observar certas manifestações antissistema na sociedade e também no Carnaval, que, inclusive, é recorrentemente classificado como uma festa política – por foliões, no senso comum, e também em muitos trabalhos científicos e acadêmicos. Alguns dos exemplos mais marcantes da organização política no Carnaval de rua carioca hoje são dois coletivos e seus blocos integrantes: a Desliga dos Blocos e o Ocupa Carnaval. Formados respectivamente em 2009 e 2013, esses grupos vêm, cada um à sua maneira, trazendo propostas políticas e reivindicando a festa e a cidade, em resposta ao processo de mercantilização e normatização da festa promovida por Eduardo Paes.

A Desliga lança seu Manifesto Momesco em 2009, no qual afirma que o Carnaval, “manifestação da espontaneidade, criatividade genuína e espírito livre” (Manifesto [...], 2009), estaria passando por um processo de sufocamento de sua essência pelo dinheiro. A Desliga promoveu algumas Bloqueatas, denominação advinda da junção das palavras bloco e passeata. Esses atos tinham forma de desfile de Carnaval de rua e saíram, evidentemente sem aviso ao poder público, denunciando o excesso de burocracia na realização do Carnaval. Recentemente, a Desliga também vem promovendo a Abertura do Carnaval Não Oficial, realizada todo primeiro domingo de janeiro, com desfiles simultâneos de diferentes blocos do circuito “não oficial”. Os blocos se apresentam desde a manhã até o final da tarde, em diferentes pontos do centro da cidade, quando se juntam

na Praça XV e formam o enorme Cordão do Boi Tolo, que segue desfilando pela cidade sem previsão de quando e onde vai terminar. O Ocupa Carnaval, criado com a reorganização política das manifestações de junho de 2013, vem promovendo BlocAtos, desfiles que denunciam e reivindicam questões sociais e pautas do Carnaval de rua. Esse coletivo também fez paródias de marchinhas carnavalescas clássicas com críticas às gestões municipal, estadual e federal. O Ocupa Carnaval lançou, em 2019, a campanha Mais Carnaval Menos Ódio, em resposta à eleição de Jair Bolsonaro, e tem alguns manifestos publicados. O manifesto mais recente encontrado nas redes do Ocupa é o “A rua é do povo e nossa voz é livre”, de 2022, que culminou em um BlocAto, no Carnaval fora de época de abril: “Em repúdio a toda e qualquer tentativa de mercantilizar, censurar ou reprimir nosso direito de bater tambor na praça, ocuparemos as ruas com arte e alegria para mostrar que o Rio é nosso!” (Manifesto [...], 2022).

Além desses dois grupos, demais blocos independentes e ligas também vêm se manifestando, exigindo melhorias na festa de rua⁸. É possível perceber que as manifestações que surgem dos sujeitos do Carnaval de rua tendem a ocupar uma esfera mais simbólica da política. São comuns as entrevistas na mídia, principalmente das ligas mais tradicionais, atos performáticos e divulgação de manifestos e cartas nas redes sociais. Mesmo passeatas, ações e performances mais explícitas acabam em alguma medida sendo velados pela clássica associação do Carnaval com a alegria e a descontração. As características dos atos de rua que param a cidade, “atrapalhando” o cotidiano para chamar atenção para as reivindicações, acabam, de certa forma, ficando tácitas quando realizadas na forma carnavalesca e entram involuntariamente na lógica do mito, de uma demanda que vai surgir na festa e acabar na quarta de cinzas.

8 Um exemplo são os blocos feministas e femininos, que surgiram a partir de 2015, e vêm articulando questões de gênero às pautas do Carnaval de rua.

Para Fisher (2020), esse tipo de manifestação política na forma pontual e de protesto são típicas do realismo capitalista. As atividades antissistema dentro dessa lógica privilegiam o formato de protesto pontual em detrimento da organização política contínua e longa. Assim, vai se reforçando a crença de que o objetivo da luta não deve ser superar o capitalismo, mas tentar diminuir os seus excessos. Após os governos de Crivella e Bolsonaro, por exemplo, a aceitação de Paes dentro da esquerda liberal e da classe média do Rio de Janeiro melhorou, pois Paes se tornou um “mal menor”, uma opção “pragmática”. Na realidade, esse tipo de posicionamento abafa os avanços em políticas sociais e reformas, favorecendo a esquerda liberal e vertentes da direita:

A aceitação (tipicamente relutante) deste estado de coisas é a marca do realismo capitalista. O neoliberalismo pode não ter tido sucesso em se fazer mais atrativo do que outros sistemas, mas conseguiu se vender como o único modo ‘realista’ de governo. ‘Realismo’, nesse sentido, é uma conquista política; o neoliberalismo teve sucesso em impor um tipo de realidade modelado sobre práticas e premissas vindas do mundo dos negócios (Fisher, 2020, p. 143).

Com o estreitamento das possibilidades políticas que fujam das conformações do sistema, as reivindicações também se atenuam e se adaptam às condições pré-estabelecidas. No caso do setor cultural, Domingues (2017, p. 112) aponta que, nos últimos anos, a luta de trabalhadores da cultura tem se adequado aos limites institucionais do Estado:

Não se trata, portanto, de alinhar os sentidos das frações de classe no campo cultural à interpretação no interior das lutas entre capital e trabalho, mas de prospectar que os limites da organização dos trabalhadores aparecem publicamente como o destino dado e conferido à propriedade da gestão da cultura e à razão distributiva dos fundos públicos.

De certa forma, parte dos limites da luta dos trabalhadores está verticalizada na ampliação de recursos públicos disponíveis – o que demonstra um tom grave de precarização da atividade, em que a demanda trabalhista sequer reivindica melhores condições de gestão da renda social, mas ‘apenas’ insumos financeiros que podem significar a materialidade da existência enquanto trabalhadores [...].

Esse processo passou a ser visto no discurso de agentes políticos do Carnaval de rua a partir de 2022. Com as leis de incentivo criadas durante o período pandêmico, que aumentaram a quantidade de editais públicos, tornou-se comum pleitear editais próprios para blocos de rua. Essa forma de reivindicação demonstra uma alteração do discurso político do Carnaval de rua. Enquanto em outros momentos era comum a exigência por mudanças substantivas – fim da burocratização e mercantilização da festa e do espaço público –, a demanda por editais acrescenta uma nova camada à política do Carnaval de rua. Os editais são medidas pontuais, que não visam resolver as questões principais da precarização das condições de trabalho e produção da festa de rua. É, também, uma política que reforça a ideia neoliberal da concorrência, já que estabelece critérios próprios para selecionar os “melhores” blocos – com os “melhores” projetos e maior adaptação à linguagem dos editais. Essa é uma questão discutida há muitos anos no âmbito das políticas culturais, no debate sobre o acesso a este tipo de fomento por proponentes que não tem a *expertise* no formato.

A razão neoliberal, portanto, faz com que haja uma certa paralisia nas ações políticas coletivas, o que “[...] condiciona não apenas a produção da cultura, mas também a regulação do trabalho e da educação – agindo como uma espécie de barreira invisível, bloqueando o pensamento e ação” (Fisher, 2020, p. 33). As formas de organização política do Carnaval de rua hoje atuam majoritariamente no campo simbólico, restritas ao período carnavalesco e a poucas pessoas, com dificuldades de mobilizar outros setores sociais e suscitar mudanças na

gestão da festa. Entender os limites que o realismo capitalista impõe à organização popular pode contribuir na necessária reformulação da oposição a um sistema que não vai mudar – a não ser que haja uma construção sociopolítica continuada e expandida, fortalecendo as consciências de classe, de raça e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as dinâmicas socioeconômicas e políticas do Carnaval de rua do Rio de Janeiro é também refletir sobre a forma de organização da sociedade carioca. Pensar criticamente sobre as limitações do entendimento do Carnaval como uma festa totalmente democrática, da alegria e da liberdade, permite observar as condições materiais e contraditórias da festa atual. Entender que o Carnaval é político por si só ou então decidir que a festa é somente pão e circo, não constituem uma análise material da festa. Naturalizar as concepções de que não há alternativa ao sistema, reforçadas e retroalimentadas pelo mito carnavalesco e pelo realismo capitalista, paralisam as movimentações sociopolíticas de indivíduos e grupos.

Hoje, o uso do Carnaval como lugar de manifestação política acaba tendendo a ações pontuais de uma bolha social de maioria de pessoas brancas, altamente escolarizadas e de classe média/alta (Frydberg; Ferreira; Dias, 2020). As ações políticas desses grupos não conseguem estabelecer um significativo lastro social, sendo muito baseadas no simbólico, veladas também pela forma carnavalesca. Não há um impacto efetivo dessas ações na forma de gestão da festa de rua, que segue sem fazer as alterações reivindicadas pelos foliões e foliãs.

Capturado para benefício da burguesia e de seus representantes, o mito carnavalesco ganha mais força, uma vez que vai ao encontro da ideia neoliberal de que qualquer alternativa ao sistema é algo impossível de ser alcançado. A baixa organização política anticapitalista atual resulta em uma queda na organização política antineoliberal na festa carnavalesca. Contudo, o contrário também pode ser pensado. Se houver movimento de reorganização política anticapitalista na

sociedade, haverá esse mesmo processo na festa, pois “Sociedade e Carnaval sempre caminharam emparelhados, guardando a mesma configuração e composição sociais, de tal modo que as modificações da festa correspondem sempre às mudanças que se verificam na sociedade urbana” (Queiroz, 1999, p. 218). Para tal, é preciso, coletivamente, construir uma política emancipatória que desnaturalize o capitalismo como única alternativa, já que “[...] o que nos é apresentado como necessário e inevitável é, na verdade, apenas contingente, e deve fazer com que o que antes parecia impossível seja agora visto como alcançável” (Fisher, 2020, p. 34).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.; DRUK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 19-40, jul. 2015.

COM 453 DESFILES de blocos, Riotur apresenta esquema operacional para Carnaval de Rua 2024. *Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 4 jan. 2024. Disponível em: <https://prefeitura.rio/riotur/com-453-desfiles-de-blocos-riotur-apresenta-esquema-operacional-para-carnaval-de-rua-2024/>. Acesso em 27 fev. 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, J. E se a economia da cultura debatesse com mais frequência o trabalho? Notas sobre a organização dos interesses laborais no campo cultural. In: BARBALHO, A.; ALVES, E. P. M.; VIEIRA, M. P. (org.). *Os trabalhadores da cultura no Brasil: criação, práticas e reconhecimento*. Salvador: Edufba, 2017. p. 89-119.

FERREIRA, A. C. V. M. V. “A cidade não para, a cidade só cresce”: articulações entre cidade, gênero, trabalho e festa por trabalhadoras do carnaval de rua carioca contemporâneo. 2023. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

FISHER, M. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FRYDBERG, M. B.; FERREIRA, A. C. V. M. V.; DIAS, E. C. “Ocupamos as ruas com estandartes, confetes e serpentinas mostrando que o Rio é nosso”: O carnaval dos blocos de rua como espaço de luta política pelo direito à cidade. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 27, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/9327>. Acesso em: 24 fev. 2024.

FRYDBERG, M. B.; FERREIRA, A. C. V. M. V.; DIAS, E. C. Cidade e política: disputas de narrativas no carnaval de rua carioca. *Revista Encantar: Educação, Cultura e Sociedade*, Bom Jesus da Lapa, v. 3, p. 1-21, 2021.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

MACHADO, F. A. S. *Carnaval é direito: relatório da Comissão Especial com finalidade de analisar a relação e as responsabilidades entre o poder público municipal e o carnaval*. Rio de Janeiro: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2017. p. 11-20.

MANIFESTO Momesco. *Desliga dos Blocos*, Rio de Janeiro, 7 set. 2010. Disponível em: <https://desligadosblocos.blogspot.com/2010/09/manifesto-momesco.html>. Acesso em 28 fev. 2024.

MANIFESTO Ocupa Carnaval. *Ocupa carnaval*, Rio de Janeiro, 12 abr. 2022. Instagram: @ocupacarnaval. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CcOdCjPJgNJ/?img_index=1. Acesso em: 28 fev. 2024.

PEREZ, B. Riotur anuncia que Carnaval movimentou R\$ 5 bilhões e atraiu 8 milhões de foliões. *O Dia*, Rio de Janeiro, 21 fev. 2024. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2024/02/6796746-carnaval-injetou-rs-5-bilhoes-na-cidade-diz-riotur.html>. Acesso em: 28 fev. 2024.

QUEIROZ, M. I. P. de. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RIO DE JANEIRO (cidade). *Diário Oficial do Município*, Rio de Janeiro, ano 20, n. 216, p. 1, 2 fev. 2007. Disponível em: <https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/1554/#e:1554>. Acesso em: 26 fev. 2024.

RIOTUR divulga lista preliminar de blocos de rua do Carnaval 2023. *Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://prefeitura.rio/riotur/riotur-divulga-lista-preliminar-de-blocos-de-rua-do-carnaval-2023/>. Acesso em: 28 fev. 2024.